

CARTA DE INTERESSE E INTERPRETAÇÃO DO TEMA

Entende-se genericamente, e mesmo de forma polarizada, que “existir” em cidades contemporâneas abrange duas atividades norteadoras: “morar” e “trabalhar”. Posteriormente pode-se falar em “descansar” ou “se divertir”; mas, em suma, se analisarmos o imaginário popular de vida na cidade, grande parte dos pensamentos se pautam em relações de pertencimento ao território – Onde se mora? Quem mora com quem? O que existe perto de onde se mora? – e da atividade econômica produtiva que o indivíduo exerce – Onde se trabalha? Com e para quem se trabalha? Ganha-se bem no trabalho?

Entretanto, morar e trabalhar constituem atividades humanas ancoradas no espaço tanto físico quanto social, com suas respectivas “variações topográficas”. É nessa interação simbiótica entre topografias sociais – inequidades de oportunidades de trabalho, acessibilidade, mobilidade, saúde, educação – e topografias físicas – variações planialtimétricas, densidades de ocupação, tipologias das construções e do sistema viário – que emergem as localizações na cidade. A constante disputa por aquelas que são polos chave de articulação das dinâmicas socioeconômicas do território, por sua vez, acarreta a atual configuração espacial segregada e desproporcional entre determinadas regiões de São Paulo.

A qualidade da mobilidade e acessibilidade nas diversas localizações é um efetivo indicador de tal problemática urbana, uma vez que exacerba de forma contundente as desigualdades. Em uma escala capilar de mobilidade e acessibilidade, “passagens” são parcelas da malha intraurbana tratadas, em muitos casos, como área residual dos bairros – hierarquicamente inferior aos espaços do lote e dos leitos carroçáveis. Tal microescala de mobilidade, pois, especialmente importante para a maioria dos habitantes de áreas periféricas com acesso limitado ao transporte regional; acaba por não ser um estimulante e facilitador de conexões. Não se apreendem os espaços dessa escala enquanto um subsistema componente do sistema maior de mobilidade.

Para além dessa negligenciada relevância das passagens como conexão entre locais; quando adequadas ao seu contexto, elas mesmas constituem localizações catalisadoras de fluxos e atividades, gerando diferentes lógicas de deslocamento e permanência no seu entorno. O estabelecimento desses “lugares”, no entanto, não se faz de maneira pontual e direta nem no espaço, nem no tempo. A mera existência da passagem sob a perspectiva física, permitindo acessibilidade e ergonomia no seu percurso, é condição importante, mas não suficiente, para que a passagem seja uma localização de real valor simbólico e afetivo. Há de se considerar também a sensação de segurança, percepção das espacialidades e dos vários momentos do percurso por parte do usuário, da qual depende a boa manutenção do espaço e seu uso compartilhado.

Como referido anteriormente, no espaço intraurbano, localizações são compostas por topografias físicas e sociais, não sendo as passagens e seus

respectivos percursos ampliados uma exceção. Enfatiza-se, pois, a importância da qualificação das passagens e percursos caminháveis sob a ótica da conectividade, da intermodalidade, dos usos, das atividades locais, dos picos de fluxos, do transitar, dos pontos de atratividade, do aspecto sensível, do aspecto psicológico, do aspecto social, do humano.

Em relação ao Jardim Ângela, o bairro se caracteriza pelas condições de precariedade urbana e segregação decorrentes da formação de São Paulo baseada em disputas territoriais – as quais, tendo em mente as generalizações trazidas pela abstração, levaram à relação dicotômica centro-periferia. Devido às distâncias físicas e sociais relativas a outras regiões da cidade, em especial o “centro”, tende-se a ver esse território sob a ótica da desconexão. No entanto, do ponto de vista do próprio Jardim Ângela, a relação é de dependência – especialmente no tocante a atividades como trabalho, serviços especializados e lazer. Embora essas funções importantes estejam deslocadas do entorno local do bairro, o “morar” e num sentido mais integrado o “habitar” se processam nele. Mesmo em condições por vezes precárias, os espaços do habitar localizados para além dos limites dos lotes construídos são suporte fundamental de percepção de outros moradores e do bairro como um todo. Passagens, quando entendidas desse modo, estimulam o senso de vizinhança e ação coletiva já presentes e que devem ser pilares na estruturação de processos de resignificação concomitantes a intervenções espaciais; objetivando contrapor a visão pessimista sobre as passagens ligadas à imagem de violência e insegurança, ampliadas pela ausência de apropriação coletiva.

Dessa maneira, as proposições do grupo em relação às passagens no Jardim Ângela baseiam-se prioritariamente em criar oportunidade de novas relações – morador e morador / morador e espaço –, as quais se refletirão em outros usos e formas de ocupação desses lugares. Para tanto, leva-se em conta principalmente a participação dos moradores, priorizando o processo de elaboração e gestão das atividades e intervenções de tal modo que haja um processo dialógico de ouvir e ser ouvido e de ação e reflexão sucessivos envolvendo o espaço e seus significados. Os próprios processos de construção de acordos são parte das atividades propostas para as passagens, visando reforçar o caráter coletivo desses espaços para a comunidade, além de aspectos funcionais para a micromobilidade do bairro.

A partir da transformação das passagens enquanto lugares dentro do bairro, vislumbra-se melhorar as possibilidades de uso e apropriação tanto de suas funções práticas, quanto de lazer e, acima de tudo, de estimular a comunicação. Esses locais, pois, passariam a ser epicentros de novas leituras da paisagem local pelos moradores, sinalizando a existência de outros parâmetros para além do morar e trabalhar.